timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIV PREÇO AVULSO: 120$00 Nº 154 NOVEMBRO 1998

UMA SEMANA NOUTRA CIDADE

Durante uma semana uma delegação da CDPM esteve em Jacarta onde participou num seminário sobre a situação dos direitos humanos na Indonésia.

O presente texto pretende sistematizar um conjunto de questões que resultam dos contactos estabelecidos durante a visita de uma delegação da CDPM, em 28 e 29 de Outubro, a Jacarta, proporcionada pela participação no *Human Rights Workshop* organizado pela Comissão de Direitos Humanos indonésia - a *KomnasHAM* - com o apoio da Embaixada britânica na capital indonésia e a Delegação da Comissão Europeia.

Os contactos incluíram algumas individualidades indonésias e europeias, activistas indonésios dos direitos humanos e da causa de Timor Leste e uma série de timorenses de várias gerações, alguns deles a viver em Díli.

A importância do contacto directo é o de nos apercebermos como os nossos referenciais, modos de pensar e agir, considerações de estratégia, prioridades e alianças, são tão diferentes dos que encontramos no terreno. Uns movem-se fundamentalmente guiados pela conjuntura e regras da comunidade internacional, outros pelas realidades em que se encontram mergulhados, que conhecem profundamente e das quais partilham experiências, crenças e práticas. Uma solução credível e durável para Timor Leste terá de construir-se a partir do entrelaçamento destas visões diversas.

A situação actual é de tal forma instável, há tanto jogo na sombra apesar da maior abertura em termos de liberdade de associação e expressão, que não é fácil compreender o que se passa, tanto na Indonésia como em Timor Leste, nem fazer análises prospectivas com o mínimo de segurança. As leituras de cada um são sempre bastante próprias, embora se possam verificar algumas tendências gerais. A mais importante, válida para ambos os territórios, é talvez a de que se está perante a transição para a transição - o que dificulta muitas coisas, em particular a tomada de decisões.

O REGIME NÃO MUDOU

A crise económica obrigou à renúncia do Presidente Suharto (em Maio), à melhoria da imagem externa da Indonésia (condição para a obtenção dos empréstimos internacionais indispensáveis à sobrevivência do país) e a algumas medidas de descompressão política para aliviar a tensão social. Mas o início da *reformasi* não significa a democracia.

Foram prometidas eleições legislativas e presidenciais. Registou-se uma abertura à liberdade de associação e de expressão, a legalização de partidos políticos (mais de 40) e de sindicatos independentes (11 nesta fase). Mas a anunciada libertação dos presos políticos teve muito pouca amplitude e nenhum seguimento.

As figuras do regime continuam a ser praticamente as mesmas, a sua ideologia permanece o *Pancasila*, o edifício legislativo sofreu muito poucas alterações, o aparelho judicial mantém-se intacto, a crise económica agrava as situações discriminatórias, a corrupção é ainda uma instituição nacional e as Forças Armadas dominam todos os cenários.

O PAÍS À BEIRA DE RUPTURAS

Sente-se acima de tudo muita indefinição, instabilidade e inquietação. A abertura permitiu a denúncia pública das violações de direitos humanos, do passado como do presente, tendo-se criado e fortalecido muitas organizações de investigação, *lobby* e advocacia. O comportamento das Forças Armadas foi posto em causa (sobretudo no Aceh), abrindo-se assim o debate sobre a sua natureza, o seu papel (nomeadamente ao nível da representação parlamentar) e o seu formato (inclusão ou não da Polícia, grupos paramilitares, etc.).

A repressão, quase sempre mais violenta nas "províncias", somou-se ao descontentamento acumulado pela excessiva centralização do poder e pela recusa de partilha dos benefícios

neste número:

UMA SEMANA EM JACARTA

A EXPERIÊNCIA DA *FREEPORT*

dos recursos naturais próprios de cada parcela do território. Como resultado, tornaram-se agora mais visíveis as aspirações e reivindicações à autonomia e à independência dos diferentes povos, fazendo aflorar o debate sobre os modelos políticos (continuação do regime centralizado, maior autonomia para as províncias, federalismo). Java não pode viver sozinha, mas que províncias quererão manter os laços com ela?

Esta situação atinge o coração da ideologia fundadora da República da Indonésia: um Estado unitário (leia-se, controlado ao pormenor através das ramificações capilares das instituições centrais), temente a um só deus (que agora terá de abrir as portas a outras crenças para além das cinco oficialmente permitidas), assente no poder e na omnipresença das Forças Armadas.

Ninguém sabe o que virá a acontecer. A crise aprofunda-se, afastando da escola milhões de crianças e jovens que substituem milhões de adultos nos locais de trabalho, lançando-os no desemprego. As tensões são muitas e crescentes, a violência activa e latente, as lutas pelo poder e os jogos de bastidores imensos, as forças de desintegração, a todos os níveis, poderosas. A manipulação de massas, incluindo a utilização de confrontos religiosos e étnicos, tem sido prática comum e pode ser actualizada em larga escala a qualquer momento.

IMPLICAÇÕES PARA TIMOR LESTE

Um compromisso internacional para o conflito aberto em Timor Leste nunca será uma situação pacífica nem para o poder, nem para a sociedade indonésios. Por isso, é preciso empregar artes e energias para o preparar e sustentar. Ou então, em alternativa, para o ludibriar em permanência (como tem acontecido até aqui com todos os compromissos concretos que Jacarta tem assumido, inclusive no período pós-Suharto).

Esta é uma primeira questão: o actual regime é credível como parceiro de negociação? Quem verifica o quê, como se verifica, que penalizações estará a comunidade internacional disposta a accionar em face de sistemática má vontade e de incumprimento dos acordos alcançados?

Uma segunda questão prende-se com o calendário: se as eleições de Maio/Junho próximos serão decisivas, se vão exigir a concentração de todos os esforços num imenso país dividido e mergulhado em crise profunda, o mais natural é que um acordo sobre um novo estatuto para Timor Leste só seja conseguido durante o segundo semestre de 1999. A vantagem para Jacarta seria a de libertar o regime de mais um caso gerador de conflitos e de atenções durante este período difícil, a de passar a "batata quente" ao novo poder (se a mudança for significativa) ou a de retomar o assunto com uma base de legitimidade reforçada (se o regime for confirmado nas urnas).

O desenvolvimento da crise económica tem também um impacto decisivo sobre o calendário: se o cenário se tornar mais pesado, o regime estará sob maior pressão e mais fragilizado; se a situação se moderar, o governo vê aumentada a sua margem de manobra, quer a nível interno, quer internacional.

TIMOR LESTE: PALCO DE EXIGÊNCIAS, MEDOS, INDEFINIÇÕES, IGNORÂNCIAS

Dizem-nos que o povo quer o referendum e que isso significa para ele a independência. O povo quer a partida dos indonésios e a capacidade de usufruir dos seus direitos e do seu país. Como concretizar e gerir a independência? Uns pensam que os timorenses precisam de (algum) tempo, outros confiam em que Portugal assumirá as suas responsabilidades (à semelhança do passado, entretanto idealizado), outros ainda fixam-se na urgência da formação de quadros e da angariação de fundos para bolsas de estudo.

Os mais velhos, a Igreja, temem o regresso de confrontos entre irmãos (o espectro de 75 nunca foi afastado). Os mais novos, orgulhosos e conscientes do papel que têm desempenhado, habituados à coragem física, desafiam o ocupante. Para além dos militares, cuja presença se tem agora a certeza de que é muito maior do que o que Jacarta sempre admitiu (e que não diminuiu, como previsto e oficialmente anunciado), há um número apreciável de civis indonésios, sobretudo em Díli (onde parece que neste momento vendem casas e bens). O barril de pólvora está lá.

Até agora, os apelos à serenidade não cessaram - da parte da Resistência, dentro e fora do território, da Igreja, da comunidade internacional - e os timorenses têm conseguido mantê-la. Mas há muitas probabilidades de aumentarem as provocações por parte das forças ocupantes, tanto como resposta a necessidades locais, como para justificar opções a nível da Indonésia. Timor Leste pode voltar a ser palco de ajuste de contas entre facções indonésias, assim como de demonstração do lugar central que deve caber às Forças Armadas na luta contra as ameaças de desintegração da Nação. A tensão entre os militares e a população não diminuiu, há zonas que permanecem intensamente patrulhadas, continua a haver operações militares e a farsa da retirada das tropas fez subir todas as inquietações.

Contam-nos que nada funciona no território. A crise atrofia as actividades económicas, a universidade esteve fechada durante quatro meses, os jovens deixaram de ir à escola. A população espera e agita-se. Quanto mais tempo a indefinição política prevalecer, maiores são os riscos de deterioração da situação.

A comunicação é quase exclusivamente oral e os rumores e boatos imperam. As forças de ocupação jogam neste terreno com maestria - basta ver como o governo disponibiliza a informação sobre as rondas negociais e os respectivos resultados (e, também aqui, nada mudou desde Maio). Alternativas? A maior liberdade de expressão passa sobretudo pela imprensa escrita, acessível a muito poucos (Díli conta agora com mais um jornal, mas a diferença não se nota). O programa da RDPI ouve-se com dificuldade, quer na Indonésia, quer em Timor Leste. A RTPI é fonte de frustração, porque a atenção dada a Timor Leste é irrelevante e a qualidade da informação menor. A língua é outro factor limitativo.

Com a abertura, ficou a descoberto a vastidão dos problemas sociais. O CNRT abriu a sua sede em Díli e está sempre cheia: são as viúvas, os órfãos, os desempregados, os jovens desamparados, as mães em aflição, os familiares dos presos e dos desaparecidos que acorrem. Alguém disse: é como se fosse o governo, vêm à procura de soluções que não existem. É verdade que muitos querem ajudar, mas como organizar-se, com que capacidade de resposta?

"REFERENDUM OU AUTONOMIA"

O debate em Timor Leste, dizem-nos, tem-se centrado e enraizado no binómio "referendum ou autonomia". A autonomia de que se fala é a proposta pela Indonésia, não a

que consta do Plano de Paz do CNRM {Conselho Nacional de Resistência Maubere, hoje CNRT}.

Foi assim que, depois de Maio, o regime recuperou o que desde sempre tinha negado.

A desconfiança é total, a rejeição é o corolário óbvio. 23 anos de ocupação, promessas nunca cumpridas - nem agora - a Indonésia não tem a menor credibilidade para propor seja o que for, que possa merecer atenção.

Muitos não sabem que diversas formas pode uma autonomia assumir, nem o que significa exactamente "referendum", não se conhecem experiências de outros processos com alguma semelhança (Namíbia, Médio Oriente, Nova Caledónia, Sahara Ocidental, Irlanda do Norte...), não se põe a questão de partilha (temporária) de poderes.

Os mais informados compreendem as dificuldades e pensam poder vir a aceitar um estatuto transitório liderado pela ONU. Têm receio da consagração de uma fórmula que reconheça internacionalmente à Indonésia prerrogativas que nunca teve à luz do Direito internacional (poder sobre sectores como a Defesa, os Negócios Estrangeiros e a Economia).

O autogoverno é difícil de visualizar. Não há referências concretas - os mais velhos lembram-se da ANP (Acção Nacional Popular, o partido único do tempo de Marcelo Caetano), os mais novos foram obrigados a decorar o *Pancasila* e a panóplia de instrumentos da administração do Estado centralizado e colonial, corrupto e ineficaz.

Como imaginar um médio e longo prazo, se o horizonte é o chegar vivo ao dia de amanhã?

ESTRATÉGIAS: INCLUSÃO OU DIFERENCIAÇÃO

A temática da Unidade Nacional percorre toda a história recente e todo o imaginário actual dos timorenses.

Ela é um desejo ardente na medida em que pode constituir um antídoto contra a luta fratricida e contra o sentimento de impotência perante o inimigo, o desmentido de uma fatalidade histórica de que outros se têm sempre aproveitado. A sua ausência tem frequentemente sido fonte de desânimo e de falta de autoconfiança.

A utilização do argumento da "divisão dos timorenses" pela Indonésia e pela comunidade internacional, para justificar a negação dos direitos que lhes assistem, é um trauma real. O medo da violência e do descontrolo da situação, pesa.

Nesta fase de transição para a transição, tão incerta quanto decisiva, é altura de incluir ou de começar a diferenciar?

Neste contexto de mudança tão inseguro, quais são as fronteiras entre os que nunca abdicaram das suas convicções, aqueles que foram duramente penalizados por elas, os que lutaram pela sobrevivência desdobrando-se em vários personagens, os que optaram pela aparente facilidade de se acomodarem à situação vigente, os que traíram compatriotas, os que exerceram directamente a repressão ou a ela se associaram? Que espaço existe para a mudança de atitudes, para a reconciliação, para novas formas de luta pela sobrevivência, pela reconstrução nacional e pelo poder?

Unidade na diversidade? Era preciso que as diferenças estivessem consciencializadas e assumidas na sua própria multiplicidade (diferenças étnicas e de pertença, nomeadamente territorial e familiar, de geração, de rendimentos, de referências culturais e experiências de vida, de aspirações para o futuro...).

O desafio que se coloca parece ser o seguinte: como transformar uma sociedade que tem estado isolada, plena de traumas e carências, num Estado "moderno" baseado em instituições representativas, sem provocar mais feridas nem rasgos no tecido social?

DILEMAS E PROPOSTAS

O processo de transição já começou, embora esteja no início do seu começo. Se, por um lado, arrastar o seu ritmo pode dar espaço a desesperos e violências, por outro, apressá-lo pode significar impor outro tipo de violência e dilaceramentos.

Sendo certo que as opções fundamentais cabem aos timorenses, é um imperativo e uma urgência envolvê-los directamente no processo negocial. Não é possível solicitar aos dirigentes timorenses que opinem sobre um acordo praticamente concluído entre a Potência Administrante e a Potência Colonial, ainda que sob os auspícios das Nações Unidas. Ainda menos é possível pedir-lhes que o façam em dias ou poucas semanas, em contraste com os governos de Lisboa e Jacarta, que dispõem de todo o tempo que consideram necessário à sua apreciação. Também não é admissível que o principal e reconhecido dirigente do povo timorense seja consultado na cadeia, sem possibilidades de comunicação com os seus companheiros e com o seu povo, sem acesso a bibliografia e a consultores especializados e sem quaisquer condições de reflexão e trabalho.

Todo o compromisso que se alcance é uma responsabilidade histórica que os responsáveis timorenses terão de saber explicar e justificar perante o seu povo. Nas actuais e particulares circunstâncias deste conflito, esta tarefa é espinhosa e exige todas as atenções.

A participação clara nas conversações de paz é uma das condições praticáveis que podem minimizar os riscos que o processo encerra. Só assim, também, os dirigentes timorenses poderão preparar e difundir os seus próprios esclarecimentos e a visão que suporta as suas propostas e opções.

A realização de acções de informação e formação isentas é outra das necessidades urgentes. As Nações Unidas têm um papel a cumprir neste aspecto, assim como no de garantir a fiscalização dos compromissos assumidos (desde já, a desmilitarização do território e a libertação dos presos políticos) e na protecção e promoção dos direitos humanos. Uma presença real e permanente da ONU em Timor Leste é uma exigência prioritária.

Uma pressão continuada da comunidade internacional sobre o governo de Jacarta no sentido da observância da legalidade internacional, da protecção dos direitos humanos e dos compromissos livremente aceites no quadro das negociações sobre Timor Leste, permanece uma necessidade indispensável.

Quanto a Portugal, para além da sua participação no processo negocial - até à efectiva realização de um acto de autodeterminação internacionalmente validado - na qualidade e com as responsabilidades inerentes ao seu estatuto de Potência Administrante, torna-se imperativo clarificar e dar início a um tipo novo de relações com a sociedade timorense, baseado no conceito e numa prática adequada de Cooperação para o Desenvolvimento entre duas Nações.

Esta postura exige a definição de uma política, prioridades e metodologias próprias de intervenção, elaboradas em

diálogo com os responsáveis timorenses, que tenham em conta o conhecimento das realidades complexas do território, a sua definição de estratégia para o desenvolvimento, a comparticipação de outras instâncias de cooperação (bi e multilaterais) e as diferentes fases previsíveis do período de transição.

A abertura das secções de interesse entre Portugal e a Indonésia deverá ser um instrumento precioso na realização destas duas vertentes.

Mas o seu estabelecimento só deverá ser aceite se Jacarta começar efectivamente a cumprir as medidas a que se comprometeu - em particular a libertação dos presos políticos e a redução de tropas no território.

Apesar das evidentes vantagens em passar a ter uma presença oficial portuguesa na Indonésia, com total liberdade de deslocação e visita a Timor Leste, a sua concretização não pode ignorar a má-fé da outra parte, sob pena de caucionar internacionalmente o seu comportamento desonesto e de abrir as portas a uma derrapagem subsequente do processo.

Como acaba de reconhecer publicamente o embaixador Marker, este momento é dos "mais críticos", pois das escolhas feitas por todas as partes dependerá o futuro do povo de Timor Leste.

FREEPORT: ÁGUA SUJA NÃO LIMPA

Numa fase em que os timorenses começam a debater a construção das políticas do seu futuro Estado, a experiência de outros povos nesse caminho ganha uma relevância maior.

Donna K. Woodward presidente da Escola de Relações Internacionais da Universidade de Parahyangan, em Bandung (Indonésia) e investigadora no seu Centro de Estudos Internacionais, escreveu para o *Jakarta Post* (2/11/98) um artigo sobre as relações entre o Estado indonésio e a multinacional Freeport.

«A euforia em torno do prolongamento do contrato entre o governo indonésio e a PT Freeport Indonesia *e a descapitalização forçada desta empresa atestam o padrão geral de desequilíbrio das relações entre um país em desenvolvimento e uma empresa multinacional (EMN).*

Os países em desenvolvimento tendem a ser prejudicados sempre que negoceiam um contrato de exploração dos seus recursos naturais. De facto, a exploração de cobre ou ouro em áreas tão remotas como Grasberg, Irian Jaya [Papua Ocidental], *apenas se torna eficiente quando conduzida por uma grande EMN como a* Freeport Indonesia.

Contudo, como proprietária dos recursos naturais, a Indonésia merece usufruir de uma fatia generosa da exploração. Certas irregularidades na renovação do contrato levaram muitos a acreditar que as autoridades governamentais comprometeram a defesa do interesse público na negociação com os estrangeiros.

Muitos lamentam o facto de as negociações com a Freeport Indonesia *não terem sido transparentes: os membros do Parlamento, por exemplo, raramente foram consultados.*

Não é, pois, de admirar que quando Jeffrey Winters, um perito de economia política da Northwestern University de Chicago, mencionou a possibilidade de corrupção na renovação do contrato, as autoridades indonésias se tenham fechado num círculo de autodefesa. Se Winters não tivesse feito tal crítica, a opinião pública teria sido mantida na ignorância quanto às irregularidades cometidas.

Várias lições se podem tirar deste caso. Primeiro, a nossa necessidade desesperada de investimento estrangeiro não significa que tenhamos de satisfazer todas as exigências dos investidores externos. Quando uma EMN consegue um contrato, ela tentará por todos os meios acelerar e maximizar o retorno do seu investimento. As EMN são suficientemente astutas para aproveitar todas as fragilidades da burocracia governamental dos países em desenvolvimento, manipulando a interpretação das cláusulas "ambíguas" dos contratos.

Segundo, a opinião pública indonésia tem o direito de conhecer não apenas o mecanismo de negociação ou renovação de contratos com as empresas estrangeiras, mas também o conteúdo dos mesmos. Assim, um processo transparente de tomada de decisão é fundamental para assegurar a responsabilização pública.

Os legisladores deviam procurar supervisionar activamente a implantação dos contratos com firmas estrangeiras.

Terceiro, o governo indonésio tendia a desconfiar, especialmente durante o reinado de Suharto, do papel das Organizações Não-Governamentais (ONG) que, no interesse público, criticam regularmente os impactos ambientais da acção das companhias estrangeiras.

Tal tendência não deve persistir, se a Indonésia quer tornar-se num país democrático.

Com as suas redes extensivas, as ONG podem actuar como um contrapoder face às EMN: o governo criará conflitos desnecessários se vir as ONG como inimigas.

Quarto, se existem provas de corrupção, conluio ou nepotismo na renovação do contrato com a Freeport Indonesia *por parte de um ou mais dos actuais ministros, a necessidade de um novo governo é por demais evidente. Afinal, como é possível lavar roupa cheia de nódoas com água suja?*

Se falharmos nesta tarefa, a Indonésia perderá a oportunidade de empossar um governo honesto.

Por fim, deveria proceder-se a uma redistribuição dos lucros da exploração de recursos naturais entre os governos central e locais. Enquanto a população de Irian Jaya não receber a sua parte legítima da exploração dos recursos naturais da região, as empresas estrangeiras continuarão a açambarcar enormes somas de dinheiro.

A grande ironia está na benevolência do governo central para com os estrangeiros, contrastando com a sua indiferença face ao sofrimento dos cidadãos nacionais. Não admira que as franjas sociais marginalizadas tenham cada vez mais dificuldade em se identificar com o resto da nação.»

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1069-069 Lisboa, Tel.: 3172860, Fax: 3172870
E-mail: cdpm@esoterica.pt
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317